



Gotod'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia Ano XXXIII – Nº 38 – 18 de novembro de 2019

ALEX CAPUANO/CUT

PRESENTE DE NATAL

Bolsonaro edita novo pacote de maldades e corta vários benefícios do (da) trabalhador (a)

Com a desculpa de incentivar o emprego para jovens entre 18 e 29 anos, Bolsonaro desferiu um novo e forte ataque contra a classe trabalhadora ao editar uma medida provisória chamada de “Contrato Verde e Amarelo”. Traz profundas alterações na legislação trabalhista, como liberação do serviço aos sábados, domingos e feriados, taxaço do seguro-desemprego, fim do registro sindical para 13 profissões e – como não poderia faltar – menos impostos para o empresariado. Aliás, para esses últimos o Natal está garantido. Já para você... **PÁGINA 2**

COBRADO PRAZO MAIOR PARA ENTREGA DE DOCUMENTO NO PRÊMIO APOSENTADORIA
PÁGINA 2

CERB DIZ QUE GOVERNO NÃO DEIXA AVANÇAR NO ACORDO COLETIVO
PÁGINA 3

EMPREGADOS (AS) DA CETREL E DAC COBRAM REALINHAMENTO SALARIAL (TOMENOTA)
PÁGINA 6

REAÇÃO FORÇA ADIAMENTO DE VOTAÇÃO DO PL 3261 EM BRASÍLIA
PÁGINA 3

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA CAUSA REVOLTA DE MORADORES NO OESTE BAIANO
PÁGINA 4

DIREITOS ROUBADOS EM VERDE E AMARELO

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA É PRIVATIZAÇÃO DISFARÇADA



Bolsonaro desfere novo ataque e edita mais um pacote de maldades

Emendando uma medida na outra, nem terminou de aprovar a reforma da previdência e o governo Bolsonaro já editou um novo pacote de maldades, o chamado “Contrato Verde e Amarelo”. Ele usa esse pacote para fazer novas e importantes alterações nas regras trabalhistas, configurando numa segunda reforma na legislação (a primeira foi aprovada em 2017 no governo golpista de Michel Temer).

Anunciado na última segunda (11) e tendo por objetivo incentivar o emprego para jovens entre 18 e 29 anos, com remuneração de até 1,5 salário mínimo (R\$ 1.497,00), o programa surge numa medida provisória e desfere um grave ataque a diversas regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quem perde, mais uma vez, é a classe trabalhadora. E quem ganha, como sempre, é o empresariado – classe sempre protegida por Bolsonaro.

As empresas terão redução de até 34% nos impostos que pagam sobre a folha. Para compensar essa perda de receita, Bolsonaro e seu ministro e banqueiro Paulo Guedes resolveram cobrar uma taxa no seguro-desemprego (pode chegar a 8,14% do benefício). Também está prevista nova sistemática de homologação do acordo



trabalhista, permitindo o acerto extrajudicial, entre patrões e empregados. Isso afasta a participação do Sindicato, que deveria estar representando o (a) trabalhador (a).

O pacote também permite que trabalhadores (as) sejam convocados para trabalhar aos domingos e feriados. Leis que vetavam convocação de 70 categorias, como professores e funcionários de call centers, foram revogadas. Para comércio e serviços, está garantida folga em um domingo a cada quatro fins de semana. Para a indústria, porém, está garantida a folga apenas em um domingo a cada sete.

A MP prevê ainda o trabalho aos sábados nos bancos. O texto estabelece que

a jornada diária de seis horas vale apenas para os bancários que trabalham nos caixas em atendimento ao público. Para os demais trabalhadores das instituições financeiras a jornada é de oito horas.

Como maldade pouca é bobagem, o governo aproveitou o pacote e também retirou a exigência de registro profissional para jornalistas, publicitários, radialistas, químicos, arquivistas e até guardador e lavador de veículos, enfim, o registro de 13 categorias. Jogou pelos ares o mínimo de regulamentação dessas atividades.

A medida ainda acaba com o adicional de 10% da multa rescisória sobre o FGTS pago pelas empresas em caso de demissão sem justa causa. No caso da taxação do seguro-desemprego, senadores querem alterar a fonte de financiamento do programa. Articulam para retirar recursos do Sistema “S” (Sesi, Senai etc). Seja de senadores, seja do governo, propostas não faltam para proteger o patronato, enquanto atacam a classe trabalhadora.

PRÊMIO APOSENTADORIA

Sindicato pede mais prazo para entrega da “carta” do INSS

Após reunião com o Sindicato, semana passada, a Diretoria de Gestão Corporativa da Embasa ficou de responder sobre nossa proposta de só exigir a Carta de Concessão da Aposentadoria, do INSS, no momento do desligamento do (da) empregado (a), e não no ato de requerimento do Prêmio Aposentadoria. A falta desse documento tem sido um entrave para o pedido do Prêmio, o que gera muitas reclamações. A entrega da carta pelo INSS tem demorado muito diante do grande número de pedidos de aposentadoria, em decorrência da reforma na previdência, e também pelo reduzido número de funcionários da previdência social.

O Sindicato apresentou na semana

passada a proposta de redação de um aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, na Cláusula 65ª, incorporando um novo parágrafo e prevendo a obrigação de apresentação da Carta de Concessão da Aposentadoria apenas no momento em que houver o efetivo desligamento do (da) funcionário (a). Isso deve ocorrer ainda esta semana. Esperamos que a empresa dê uma resposta ainda esta semana.

A Embasa abriu em 28 de outubro a “janela” para os pedidos do Prêmio Aposentadoria, que tem duração de 60 dias. Estima-se que 1.200 trabalhadores (as) estejam aptos a requerer o benefício que a empresa e o governo tanto desejam retirar do acordo coletivo.

Cerb informa que não tem como avançar no acordo coletivo

Em reunião com diretores da Cerb na última quarta (13), o Sindicato cobrou resposta sobre as negociações do acordo coletivo de trabalho deste ano e do PPD, além de discutir outros assuntos. O presidente da empresa, Antônio Matos, disse a posição do governo estadual impede qualquer avanço econômico nas negociações com os (as) trabalhadores (as).

Como ele insistiu que a proposta que pode ser feita é a de manutenção dos acordos (inclui o do PPD), o Sindicato pediu que essa proposta fosse oficializada – e colocada junto com a minuta das negociações – para que então possa convocar uma assembleia e discutir com a categoria. Esperamos que isso ocorra ainda esta semana.

Em relação ao afastamento de aposentados (as), pedimos a Matos para esclarecer os termos de uma resolução de diretoria informando o desligamento de pessoal não concursado. Ele explicou que é determinação do governo reduzir o quadro da Cerb e colocá-lo em conformidade com o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Disse ainda que não sabe quantas pessoas serão afastadas, pois um estudo ainda está em andamento.

O Sindicato contestou a forma do desligamento, informando que a Cerb precisa criar formas de amparar trabalhadores (as) que serão desligados (as). Lembrou, inclusive, que recentemente funcionários (as) afastados (as) arbitrariamente retornaram às suas funções. Quanto aos empregados não promovidos, um grupo de 17, a empresa repetiu que o processo continua em análise na Procuradoria Geral do Estado.

Outro tema de debate na reunião foi o processo de reestruturação. O Sindicato cobrou que pelo menos 50% dos cargos em comissão sejam ocupados por empregados (as) próprios, ao que o presidente da Cerb informou que o grande problema é a falta de disposição dos (das) funcionários (as) efetivos (as), pois existem casos que exigem a transferência de pessoa para outra cidade e ninguém se dispõe a isso, aliado ao fato de que o valor da gratificação é considerado baixo para o grau de responsabilidade desses cargos.

A ampliação das centrais de abastecimento também foi abordada no projeto de reestruturação, cobrança feita por várias comunidades do interior. Matos disse que foi criada uma gerência específica e que proje-

tos serão analisados e posteriormente discutidos com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, pois dependem da disponibilidade de recursos no orçamento.

Reação do Norte e Nordeste adia votação do PL 3261, que privatiza o saneamento

Além da mobilização do movimento sindical e popular, a reação das bancadas de parlamentares do Norte e Nordeste fez com que o Projeto de Lei 3261, que privatiza o saneamento, fosse retirado da pauta de votação da Câmara dos Deputados nesta terça (19). A postura dos deputados reflete a posição dos governadores dessas regiões, majoritariamente contrários ao projeto que, se aprovado, levará à extinção das companhias estaduais de saneamento. Mas o alerta não cessa, pois a proposta pode entrar em pauta a qualquer momento.

Outra grande mobilização nacional aconteceu no último dia 11. Na Bahia houve um ato diante da sede da Embasa, no CAB, e a direção do Sindicato e mesmo da própria empresa alertaram a classe trabalhadora para os perigos do PL 3261. Caso seja aprovado, haverá um desmonte no setor que levará à extinção das empresas estatais. Também se fez presente o deputado federal Afonso Florence (PT-Ba), que tem sido um dos articuladores contra a proposta, ao lado de Joseildo Ramos (PT) e Alice Portugal (PCdoB).

CUT discute comunicação mais próxima da comunidade

EDMILSON BARBOSA



A CUT Bahia promoveu o seu segundo encontro estadual de comunicação na última quarta (13), reunindo jornalistas, assessores, educadores, blogueiros e representantes sindicais da área num fórum interdisciplinar para refletir sobre temas dessa área. O objetivo é o fortalecimento da democratização da comunicação para melhorar a defesa da população e, em especial, da classe trabalhadora.

O encontro acontece quando a CUT procura fortalecer a comunicação

como ferramenta estratégica de gestão e de luta, inclusive buscando inovar na sua atuação. Dessa forma, o debate teve um dos focos a parceria com toda a variedade dos meios de comunicação, abrangendo projetos inovadores da área, para ampliar seu raio de ação e a partir daí envolver toda a comunidade. O secretário adjunto de Comunicação da CUT Bahia, Edmilson Barbosa, também diretor do Sindae, viu o encontro como um marco para a central construir uma nova forma de diálogo com a sociedade.



Temos que falar sobre libertar mentes tanto quanto sobre libertar a sociedade.



Angela Davis

MENOS DESIGUALDADE NA EDUCAÇÃO

Pela primeira vez matrícula de negros (as) supera a de brancos na universidade

A adoção de políticas públicas voltadas para a população negra na área de educação, a exemplo das cotas, começa a modificar a “cor” da universidade brasileira. De acordo com o IBGE, a proporção de pessoas negras ou pardas (estas últimas compondo a população negra) cursando o ensino superior em instituições públicas brasileiras chegou a 50,3% em 2018. Apesar desta parcela da população representar 55,8% dos (das) brasileiros (as), é a primeira vez que essa predominância é retratada em número de matrículas em universidades e faculdades públicas.

Os dados estão no informativo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, divulgado semana passada, e feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Contínua (Pnad Contínua). Seja por conta das cotas, seja pela facilidade do financiamento e custeio de cursos, a pesquisa atesta que a população negra vem melhorando seus índices educacionais de acesso e permanência no ensino superior.

A proporção de jovens de 18 a 24 anos negros ou pardos no ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Entre os brancos, a proporção é de 78,8%. Na mesma faixa etária, o número

de negros e pardos com menos de 11 anos de estudo e que não estavam frequentando a escola caiu de 30,8% em 2016 para 28,8% em 2018, enquanto o indicador para a população branca é de 17,4%.

A desigualdade entre brancos e negros no ensino é histórica e estrutural no Brasil, daí ser necessária a manutenção das políticas públicas, adotadas no começo dos anos 2000, visando reduzi-la ou até eliminá-la. Segundo o pesquisador Claudio Crespo, do IBGE, “onde há avanços percebidos, apesar da distância que ainda reside, são espaços em que houve intervenção de políticas públicas e também organização do movimento social para a conquista de uma sociedade mais igualitária. Como as cotas para acesso ao nível superior”, explicou.

POBREZA MAIOR – A desigualdade também está estampada nas diferenças gritantes entre as rendas obtidas pela parcela branca e a negra da nossa população. Um recorte da pesquisa mostra bem o que separa elas duas: a Bahia tem 909 mil mulheres negras ou pardas, mães solteiras e com filhos menores de 14 anos e, dessas, 682 mil estão vivendo na linha de pobreza, com menos de 413,00 por mês.

No caso de Salvador, de um total de 38,8% de pessoas vivendo com menos de 413,00 por mês, 23,6% eram pessoas negras ou pardas. É inquestionável, portanto, que a pobreza tem cor e gênero, e atinge com mais crueldade a população negra do país.

Reforma da previdência entra em vigor e começa a ser contestada na Justiça

Entrou em vigor na última quarta (13), com a publicação no Diário Oficial da União, a Emenda Constitucional 103, também chamada de reforma da previdência e que fora promulgada um dia antes pelo Congresso Nacional. Apresentada em fevereiro deste ano, ela é mais uma das propostas do Governo Bolsonaro que acaba com direitos e conquistas da classe trabalhadora, gerando um prejuízo incalculável. O objetivo é obter, através dos cortes, uma economia em torno de R\$ 800 bilhões para o pagamento da dívida pública do Brasil, leia-se, para os bancos privados.

Com a publicação no Diário Oficial, a maior parte das novas regras entra em vigor imediatamente, com exceção de alguns dispositivos envolvendo mudança de alíquotas sobre salários, que valerão a partir de primeiro de março de 2020, e os regimes próprios de previdência social dos Estados, Distrito Federal e municípios, que ainda dependem de ser aprovação em cada casa legislativa. Segue em tramitação as regras previdenciárias para os militares.

Especialistas acreditam que a nova previdência será bastante contestada na Justiça e as primeiras ações nesse sentido já são conhecidas: serão de entidades que representam os juizes federais, inconformados com o aumento da idade e redução do benefício.

A reforma da previdência cria novas alíquotas de contribuição para a Previdência, aumenta a idade mínima para que homens e mulheres se aposentem e reduz drasticamente o valor do benefício. Também repercute numa série de benefícios que vão além da aposentadoria, como a pensão por morte, que também teve o valor reduzido.

Privatização da água gera protestos em Serra do Ramalho, no Oeste da Bahia

Na semana passada houve manifestação contra os preços abusivos cobrados pela empresa privada que responde, há dois meses, pelo abastecimento de água na cidade de Serra do Ramalho, região Oeste da Bahia. A população cobra do prefeito e vereadores uma solução contra o que chamam de uma das tarifas de água mais caras do país.

Numa decisão pouco explicada até aqui, em 7 de agosto deste ano (portanto três meses atrás) o prefeito Ítalo Rodrigo afastou o Saae e entregou o abastecimento para a empresa privada Água Serra do Ramalho. A promessa era melhorar o serviço, mas não aconteceu. Moradores dizem que a água ficou muito cara e que a empresa tem cobrado uma quantidade muito acima da que é consumida. A ser verdade, uma fraude.

A empresa nega os problemas e culpa a própria população, alegando que ela tem hábito de desperdiçar água. Quanto as tarifas, informa que é compatível com

outras, inclusive a da Embasa.

Chama atenção alguns fatos: em 5 de agosto de 2017 o governador Rui Costa inaugurou um sistema integrado de abastecimento de água que passou a atender 21 localidades da zona rural de Serra do Ramalho, atendendo mais de 20 mil pessoas.

Em fevereiro de 2018 o prefeito de Serra do Ramalho, Ítalo Rodrigo, visitou o sistema de água do município de Primavera do Leste, em Mato Grosso. Teria ficado satisfeito e queria repetir o modelo em sua cidade.

RESUMO: depois que o governo do estado investiu dinheiro público e resolveu o abastecimento de água da zona rural, o prefeito visita uma empresa privada no Mato Grosso e privatiza a água em Serra do Ramalho. Ou seja, a empresa atende apenas a cidade e ainda gera problemas. Agora a conta chega para a população pagar. (com informações do Blog Notícias da Lapa e Correio do Oeste)

Mancha de óleo ultrapassa Sul da Bahia e chega ao litoral do Espírito Santo

Depois de passar pelo Parque Nacional de Abrolhos, Extremo Sul da Bahia, as manchas de petróleo cru segue avançando em direção ao Sul do país e já foi detectado no litoral do Espírito Santo. Os primeiros fragmentos registrados naquele estado foram na praia da Regência, município de Linhares, e atingiram locais de desova de tartarugas ameaçadas de extinção. Outra região atingida fica próxima à foz do Rio Doce, o mesmo que recebeu a forte descarga dos rejeitos de minérios das barragens que se romperam em Minas Gerais.

Segundo a Prefeitura de Linhares, pequenas porções da substância oleosa poluíram a região da Reserva Biológica de

Comboios, na praia de Regência, a 120 quilômetros ao Norte de Vitória. A informação foi confirmada pelo gestor da unidade de conservação, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Antonio de Pádua Leite. Além de ser sede de uma comunidade que vive principalmente da pesca, o distrito de Regência atrai turistas e muitos surfistas. Somente em Linhares são 86 quilômetros de litoral, com várias praias urbanizadas e outras de difícil acesso.

Assim como fez em todos os estados do Nordeste, o petróleo derramado criminosamente no mar trará graves consequências para o Espírito Santo. O secre-

tário de Meio Ambiente, Fabrício Borghi Folli, a chegada desse material representa um segundo desastre ambiental, “um segundo golpe”, lembrando que a região também foi vítima dos impactos socioambientais causados pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015.

IMPACTOS NA BAHIA – Fragmentos de petróleo voltaram a ser encontrados em diversos pontos do litoral baiano nos últimos dias, incluindo as localidades de Boipeba, Morro de São Paulo e Garapuá, região de Maraú e Valença. Em diversas praias o óleo está sendo retirado por equipes das prefeituras, das forças armadas e também da Cerb, que vem atuando em parceria com o Inema. Esse trabalho foi feito no Extremo Sul e semana passada também em Maraú. O grande problema com o óleo coletado é descobrir o descarte adequado, o que até agora não ficou definido. Até agora não se sabe quem foi o responsável pelo derramamento do petróleo no mar.

Militante da Conen é vítima de racismo em restaurante do Rio Vermelho

A Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) repudiou os atos de violência e racismo cometidos pelos seguranças do Restaurante “Mais Amado”, no Largo da Mariquita, Rio Vermelho, semana passada. A vítima foi o companheiro Roque Peixoto, militante histórico do movimento negro e atualmente parte da direção da Conen. Um defensor de povos e comunidades tradicionais, com

atuação em diversos espaços políticos, e conhecido pela gentileza e tranquilidade.

A agressão aconteceu no último dia 12, quando a companheira dele pediu para utilizar o sanitário. Ele sofreu insultos racistas e desdenhosos, respondeu e, ato contínuo, sofreu agressões físicas reiteradas por parte de dois seguranças do local. Na última quinta (14) houve um ato de repúdio na porta do estabelecimento.

Prefeito de Itabuna retoma projeto de repassar Emasa a empresários

No embalo da tramitação do Projeto de Lei 3261, na Câmara dos Deputados, e que abre o saneamento à privatização, o prefeito de Itabuna, Fernando Gomes, retomou seu antigo projeto de repassar a Emasa para a iniciativa privada. Dias atrás enviou para a Câmara de Vereadores projeto pedindo a aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico, sem o qual não se pode fazer concessão de serviços.

Movimentos sociais e sindicais estão atentos ao desenrolar das articulações e vão lutar para impedir a privatização, assim como já fizeram em outras ocasiões. Nessa iniciativa de agora o prefeito enfrentará problemas logo no começo da apreciação de sua proposta, pois o Plano de Saneamento, bastante questionado quando foi elaborado, precisa de uma revisão e, além disso, sua tramitação depende da elaboração da Política Municipal de Saneamento Básico.

“Gata” dá calote, trabalhadores (as) suspendem serviço e população cobra da Embasa

Um drama social que se abate sobre centenas de famílias e que se repete mês após mês sem que a diretoria da Embasa tome providências. É isso o que acontece com trabalhadores (as) da “gata” Emissão em diversas unidades da empresa, na capital e no interior. Semana passada houve paralisações em diversos parques e a suspensão dos serviços causou revolta na população, com a responsabilidade sendo atribuída – corretamente – à Embasa.

O Sindae recebeu informações de que as paralisações aconteceram em Feira de Santana, Itamaraju, Eunápolis, Ilhéus, Alagoinhas, Ribeira do Pombal, Inhambupe, Sátiro Dias, Cipó, Aporá, Acajutiba, Cardeal da Silva e Rio Real. A motivação: atraso de salário, do tíquete alimentação, vale transporte, não pagamento das férias e fal-

ta de recolhimento do FGTS e pagamento à previdência social. Muitos trabalhadores (as) receberam ajuda de companheiros (as) da Embasa, pois reclamam da falta de alimentos em casa e de dinheiro para o pagamento de transporte.

Não é de agora que trabalhadores (as) são vítimas do grave desrespeito da Emissão e a Embasa nada faz para impedir a repetição dos problemas. Recentemente, em Barreiras, o contrato não foi renovado e a empreiteira não pagou a rescisão aos (às) empregados (as), dando um calote geral. Salários, tíquete e outras dívidas estão sendo cobrados na justiça. Em Feira de Santana, duas trabalhadoras grávidas, endividadas e sem plano de saúde, estão desesperadas. Nesse parque a fiscalização da Emissão é tarefa confiada a uma funcionária da... Emissão. Pode?

BOM JESUS DA LAPA

Prefeito ataca Saae e fala em privatizar. Vereadores rebatem e estranham postura

O prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro, fez duros ataques ao Saae local e também recebeu duras críticas de vereadores por sua tentativa de privatizar o sistema de água do município, num sinal de que, na Câmara, haverá enfrentamento. As ameaças aconteceram após o rompimento de uma adutora no centro da cidade e de falhas no fornecimento de energia na estação de tratamento, ocasionando problemas no abastecimento. Aproveitei fatos isolados para atacar a autarquia de saneamento que tem décadas de serviços prestados à comunidade.

Na sua ânsia de querer privatizar a água Eures esqueceu que um dos problemas (a falta de energia na estação de tratamento) foi gerado pela Coelba, uma empresa privada. Também esqueceu que bem ao lado do seu município, em Serra do Ramalho, a população está revoltada com a empresa privada que três meses atrás foi colocada no lugar do Saae, acusando-a de superfaturar tarifas e o consumo de água. Também atacou trabalhadores – esquecendo que eles têm décadas de bons serviços prestados à população.

Ao tentar justificar sua vontade de privatizar o sistema, o prefeito também fez uso de inverdades ao dizer, numa rádio local, no

último dia 5, que vai entregar o serviço para uma empresa privada porque “a Embasa hoje não tem condição de ganhar licitação em lugar nenhum, está falida, aonde tem sistema está devolvendo às prefeituras e as prefeituras estão procurando a iniciativa privada...”

É o contrário: o último balanço mostra uma Embasa com dinheiro em caixa e é público o investimento (grande, por sinal) para renovar contratos de programas com os municípios. Saiu de pouco mais de 10 e já tem 135 contratos assinados, além de estar dando suporte para que as prefeituras elaborem planos municipais de saneamento (exigência da lei) e possam conceder os serviços.

O repentino ataque do prefeito ao Saae, uma autarquia da própria Prefeitura, causou estranheza num momento em que prefeitos de pequenos e médios municípios estão apavorados com a possível aprovação do PL 3261, do governo federal, que determina a privatização das empresas públicas de saneamento. Sabem que esses municípios não serão escolhidos por grandes empresas privadas, que desejam lucro. Sinal de que, com empresas privadas menores, terão problemas a exemplo do que acontece em Serra do Ramalho. Por isso engrossam o coro contra o PL 3261.

Natureza em fúria coloca Veneza debaixo d'água

Considerada patrimônio mundial da humanidade pela Unesco em 1987, a cidade de Veneza, na Itália, é novamente vítima da fúria da natureza. Acaba de sofrer com a segunda pior inundação desde 1923, com as águas do Mar Adriático tendo subido 1,87 metro, invadindo casas e monumentos e causando a morte de duas pessoas que teriam sido eletrocutadas. O prejuízo é in-

calculável e muitos turistas deixaram apressadamente a cidade. Vários templos foram fechados e não há previsão de quando vão reabrir. Os diques de proteção falharam mais uma vez e a visão que se tinha em Veneza lembrava alguns locais brasileiros: esgoto doméstico escorrendo pela água salgada que inundou a cidade ao lado de ratos afogados e um mau cheiro insuportável.

Gotad'água



EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br

siga-nos: /sindaeba /sindaeba @sindaebahia /user/sindaeba

TOMENota

CETREL E DAC

Trabalhadores (as) da Cetrel e da DAC voltaram a cobrar o que foi prometido, o realinhamento dos salários após nova pesquisa de mercado para reduzir eventuais defasagens. A promessa das empresas foi de que até o final deste ano haveria um realinhamento, mas até agora nem sinal existe de algo possa acontecer, daí a cobrança da categoria. E o ano está praticamente no final.

PLANO DE SANEAMENTO

Mais um grupo de municípios ganhou suporte do governo estadual para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, uma exigência da lei. São eles: Caculé, Caetanos, Candiba, Cordeiros, Dom Basílio, Livramento de Nossa Senhora, Matina, Mucugê, Nova Canaã, Palmas de Monte Alto, Piritá, Ribeirão do Largo e Tanque Novo. Sem os planos, os municípios não recebem recursos de saneamento nem podem conceder os serviços.

NOVEMBRO NEGRO

Para registrar a Semana Nacional da Consciência Negra, a Câmara de Vereadores de Salvador abre nesta terça (19) e segue até dia 29 uma exposição fotográfica sobre vereadores (as) negros (as) que ocuparam o legislativo municipal. A mostra fica na biblioteca e pode ser vista de segunda a sexta. Também poderão ser consultadas obras literárias de autores (as) negros (as). Nesta terça à tarde também tem palestra sobre cidadania para a juventude negra.

40 ANOS DE ANISTIA

Na passagem dos 40 anos de atuação da Anistia no Brasil, na próxima quinta (21) será realizado um congresso nacional para analisar as quatro décadas de trabalho e a vida nesses tempos de negação histórica. O encontro será na Fundação 2 de Julho, no Garcia, e vai discutir temas bem atuais, como justiça de transição, impunidade dos agentes do Estado e declarações do presidente Bolsonaro sobre a ditadura militar no Brasil.

QUEM PAGA O ABONO

Na série de medidas de esvaziamento dos bancos públicos, em privilégio de bancos privados, o governo Bolsonaro tomou mais uma decisão: o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial não será mais exclusivo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Isso é o que também está previsto no pacote que criou o “Contrato de Trabalho Verde e Amarelo”.

MULHERES ESPECIAIS

Na série que reconhece e rende homenagem a grandes personalidades femininas do país, os Correios acabam de lançar o selo especial Maria da Penha, numa referência à farmacêutica cearense que deu nome à lei de combate à violência doméstica. Ela lutou durante 19 anos para que seu ex-marido e agressor fosse julgado e punido. Por isso, ela entrou na série “Mulheres Brasileiras que fizeram história” lançada pelos Correios.